

El Periplo Sustentable

Universidad Autónoma del
Estado de México

<http://rperiplo.uaemex.mx/>

ISSN: 1870-9036

Publicación Semestral

Número: 37

Julio / Diciembre 2019

Artículo**Título**

Valoración do uso ecoturístico
no Parque Estadual Fritz
Plaumann, Concórdia – Santa
Catarina, Brasil

Autor:

Karen de Sousa Gimenes
Fagno Tavares De Oliveira

Fecha Recepción:

24/04/2017

Fecha Reenvío:

06/12/2018

Fecha Aceptación:

06/05/2019

Páginas:

29 - 61

**Valoración do uso ecoturístico no Parque Estadual
Fritz Plaumann, Concórdia – Santa Catarina, Brasil****Valoración de uso ecoturístico del Parque Estadual
Fritz Plaumann, Concórdia – Santa Catarina, Brasil****Resumo**

Esta pesquisa estuda a influência das variáveis existentes na disposição a pagar dos visitantes mediante o levantamento do seu perfil socioeconômico e suas preferências. A pesquisa foi realizada no Parque Estadual Fritz Plaumann, Concórdia – SC. Foram utilizados questionários e formulários para coleta de dados junto aos visitantes espontâneos com idade igual ou superior a 18 anos, totalizando 138 questionários/formulários aplicados entre os meses de julho e outubro de 2016, os quais foram caracterizados em relação à percepção da viagem, os objetivos da viagem ao atrativo, o perfil dos visitantes, as receitas e custos e a valoração do Parque. Com base nas análises realizadas, constatou-se que a maioria dos visitantes do Parque são moradores locais, com idade entre os 26 e 35 anos e um alto grau de escolaridade. A maioria visitou o Parque pela primeira vez, motivados por indicações de amigos ou familiares. Os resultados indicaram um alto índice da disposição a pagar (R\$ 34.934,63 anuais) que poderia contribuir para a manutenção e melhoria da infraestrutura para uso público e conservação da biodiversidade. Contudo, a cobrança de taxa de entrada no Parque deve ser aplicada apenas aos turistas, isentando os residentes locais, promovendo a inclusão social e a valorização do Parque Estadual Fritz Plaumann pela sociedade.

Palavras-chave:

Disposição a pagar, Uso público, Ecoturismo.

Resumen

Esta investigación estudia la influencia de las variables en la disposición a pagar de los visitantes mediante su perfil socioeconómico y las preferencias. La investigación fue realizada en el Parque Estatal Fritz Plaumann, Concórdia – SC, Brasil. Cuestionarios y formularios fueron utilizados para la recolección de datos junto a los visitantes espontáneos mayores de 18 años, un total de 138 cuestionarios / formularios fueron aplicados durante los meses de julio y octubre de 2016, los cuales se caracterizaron en relación con la percepción del viaje, los objetivos del viaje al atractivo, el perfil de los visitantes, ingresos y costes y la valoración del Parque. En el análisis de los datos, se encontró que la mayor proporción de los visitantes del parque son residentes locales, con edades comprendidas entre 26 y 35 años y un alto nivel de educación. La mayoría de ellos están visitando el parque la primera vez, impulsado por referencias de amigos o familiares. Los resultados indicaron un alto nivel de disposición a pagar (R\$ 34.934,63 por año), que podría contribuir para la mantención y mejoría de la infraestructura para el uso público y conservación de la biodiversidad. Pero, la tasa de entrada en el parque debe aplicarse solamente a los turistas, eximiendo a los residentes locales, promoviendo la inclusión social y la valoración del Parque Estatal Fritz Plaumann por la sociedad.

Palabras clave:

Voluntad de pago, Uso público, Ecoturismo

El Periplo Sustentable

Universidad Autónoma del
Estado de México

<http://rperiplo.uaemex.mx/>

ISSN: 1870-9036

Publicación Semestral

Número: 37

Julio / Diciembre 2019

Artículo**Título**

Valoração do uso ecoturístico
no Parque Estadual Fritz
Plaumann, Concórdia – Santa
Catarina, Brasil

Autor:

Karen de Sousa Gimenes
Fagno Tavares De Oliveira

Fecha Recepción:

24/04/2017

Fecha Reenvío:

06/12/2018

Fecha Aceptación:

06/05/2019

Páginas:

29 - 61

**Valuation of ecotourism use in the Fritz Plaumann
State Park, Concórdia – Santa Catarina, Brazil*****Abstract***

This study studies the influence of the variables in the willingness to pay of the visitors through the survey of the socioeconomic profile and their respective preferences. Field research was carried out at Fritz Plaumann State Park, Concordia - SC, where questionnaires / forms were applied to spontaneous visitors whose age was equal to or greater than 18 years. The corpus consists of 138 questionnaires / forms that were applied between the months of July and October, which were characterized in relation to the perception of the trip, the objectives of the trip to the attraction, the profile of the visitors, the revenues and costs and the valuation Of the Park. Based on the analyzes carried out, it was verified that the largest proportion of visitors to the Park are local residents, aged between 26 and 35 years and a high level of schooling. Most visited the park for the first time, motivated by nominations from friends or family. The results indicated a high index of the willingness to pay (R\$ 34.934,63 per annum) for contribute in maintenance and infrastructure improvement for public use and biodiversity conservation. However, the entrance fee in Park should be applied only to tourists, exempting local residents, to promote the social inclusion and the valuation of the Fritz Plaumann State Park by society.

Key-words:

Willingness to pay, Public use, Ecotourism.

Dos AUTORES

Karen de Sousa Gimenes

Universidade Estadual do Paraná
campus de Campo Mourão

k.gimenes90@gmail.com

Fagno Tavares De Oliveira

Bacharel em Turismo. Doutor em
Ciências Florestais. Universidade
de Brasília

Introdução

O alerta para a conservação das áreas naturais iniciado pelos movimentos conservacionistas¹ tem se expandido, evidenciando a importância em evitar sua degradação. Para isto, se faz necessário sensibilizar e educar a população, para que compreenda como a perda da biodiversidade afeta o equilíbrio da natureza e sua qualidade de vida, e quais ações auxiliariam na sua proteção. O uso público das Unidades de Conservação (UC) é compreendido como uma prática de sensibilização ambiental, que oportuniza os visitantes a identificar e compreender a relevância dos recursos naturais e culturais mediante sua interação com o meio ambiente (Macagnani, 2014).

A categoria Parque faz parte do grupo de UC de proteção integral e tem como finalidade a proteção dos ambientes e dos recursos naturais, preservando a beleza cênica e possibilitando a visitação com caráter científico, educacional, lazer, recreacional e turístico, de acordo com os regulamentos específicos (Brasil, 2000). O desenvolvimento de determinadas práticas de uso público nas UC é considerado como uma estratégia de manejo, que possibilita aos visitantes conhecer de forma lúdica os recursos naturais e seus respectivos valores (Malta & Costa, 2009).

A promoção da visitação é um dos objetivos do Parque, o que o torna um espaço oportuno para o desenvolvimento do ecoturismo. A atividade que visa à utilização sustentável e a valorização do meio ambiente e ao mesmo tempo pode ser utilizado como alternativa para a geração de recursos financeiros para a própria UC (Ruschmann, 1999; Lucn, 2011).

O desenvolvimento do ecoturismo exige um acompanhamento contínuo que demanda recursos humanos e financeiros, que são escassos ou deficientes nas UC do país (Betti & Denardin, 2013; Oliveira, 2014; Oliveira & Brandão, 2016). A deficiência destes recursos torna-se a principal barreira

1 Movimentos conservacionistas tiveram sua origem graças a Gifford Pinchot que pregava o uso sustentável dos recursos naturais ao invés de manter o protecionismo rigoroso da natureza (Drumm & Moore, 2003).



para a promoção do uso público nas UC, pois dificulta a manutenção da área, colocando em risco seu principal objetivo, “a conservação da natureza”, acarretando na degradação, desvalorização e posteriormente no seu abandono, por parte dos visitantes.

Frente às dificuldades enfrentadas pelas UC, atualmente, tem sido elencadas algumas alternativas, tais como o estabelecimento de parcerias, projetos de cooperação, recursos decorrentes da compensação ambiental, privatização, terceirização de serviços e novas estratégias de conservação (Betti & Denardin, 2013). Inserido nas novas estratégias para amenizar tais lacunas na gestão de um espaço natural está a “Valoração Ambiental” que consiste em estimar o valor dos recursos naturais por meio das preferências dos visitantes em relação à conservação associada ao uso ou não desses recursos (Aguilar, 2013).

Para a valoração do ecoturismo é utilizado o perfil socioeconômico dos turistas e suas opiniões para expressar o valor de uso recreativo e/ou para conservação da área. Sua importância consiste no fato de que a criação da UC não é suficiente para proteção do ambiente, e em sua gestão deve ocorrer a interação da comunidade, superando a deficiência das políticas públicas, a instabilidade do *trade* turístico e a escassez de recursos humanos e financeiros (Betti & Denardin, 2013).

Dentre as técnicas de valoração dos serviços prestados pela natureza está a Disposição a Pagar (DAP), em que os visitantes estão propensos a pagar (DAP+) ou não (DAP –) para ter acesso a um bem ou serviço, sendo influenciados por diversos fatores: grau de escolaridade, renda, idade, política, entre outros. Assim, esta pesquisa possui como questão central: Quais fatores apresentam maior poder de influência na DAP+ dos visitantes. As hipóteses testadas neste estudo foram: 1) os fatores escolaridade e renda possuem maior influência na disposição a pagar; 2) os fatores socioeconômicos não influenciam na disposição a pagar dos visitantes.

O objetivo do presente estudo foi avaliar influências de fatores na disposição a pagar dos turistas para visita e/ou conservação do Parque Estadual Fritz Plaumann. Para o alcance deste objetivo, foram realizados: 1) caracterização do perfil do visitante no Parque; 2) análise dos fatores na disposição a pagar dos visitantes; 3) estimação do valor econômico da disposição a pagar dos visitantes; e 4) correlação dos votos de protesto² na disposição a pagar ou não.

2 Expressão apresentada pelos visitantes com ou sem disposição a pagar por determinado bem ou serviço.



ÁREAS PROTEGIDAS NO MUNDO E AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

Mundialmente o instrumento mais utilizado para a proteção da diversidade biológica é o estabelecimento de áreas protegidas, terrestres e/ou marinhas com características naturais relevantes, primordialmente voltadas para a conservação e a manutenção dos recursos naturais e culturais existentes (Brasil, 2007b).

De acordo com a *International Union for Conservation of Nature* (IUCN) compreende-se áreas protegidas como “uma superfície de terra ou mar especialmente consagrada à proteção e preservação da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e culturais associados, e gerenciada através de meios legais ou outros meios eficazes” (Scherl *et al.*, 2006:07).

Em um contexto geral, as áreas protegidas abrangem espaços destinados estrategicamente para a conservação e proteção de recursos naturais importantes e a regulação do uso da terra. No Brasil, estas áreas englobam uma diversidade de espaços territoriais especialmente protegidos, dentre eles estão as Unidades de Conservação (UC).

A implantação de UC no território brasileiro foi um processo lento e com inúmeras barreiras, o qual se inspirou no modelo dos parques nacionais norte-americanos, cuja finalidade foi preservar ecossistemas de beleza cênica intocada. Todavia, estes parques eram vistos apenas como um meio de fugir do estresse das cidades industrializadas (Pereira *et al.*, 2015).

As UC são regulamentadas pela Lei nº 9.985 de 2000, que estabeleceu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), responsável pelas diretrizes para criação de UC no país (Brasil, 2000). Assim, ficando definido como Unidade de Conservação:

o espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação dos limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Brasil, 2000).



A lei nº 9.985/2000 estabelece a divisão das UC em dois grupos: proteção integral e uso sustentável. O primeiro grupo visa à preservação da biodiversidade permitindo apenas o uso indireto dos recursos naturais, sendo categorizadas em: Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; e Refúgio da Vida Silvestre. O segundo grupo objetiva associar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável dos seus recursos, abrangendo as categorias: Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (Silva, 2005; Limberger & Pires, 2014).

As UC no país estão sujeitas a instrumentos legais, que especificam normas e restrições de atividades para que seja possível alcançar seus objetivos, a maior diferença existente entre as 12 categorias está nos objetivos e no nível de interferência humana permitida (Pereira et al., 2015).

O PAPEL DO USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O ECOTURISMO

Algumas Unidades de Conservação possibilitam o uso público, e quanto mais conservado os seus recursos naturais, maior o potencial para atrair visitantes, contudo, a existência de infraestrutura de apoio é essencial para o cumprimento da função social das UC, pois permite atender a demanda, formando um espaço para transmissão de informações e conhecimentos referentes à educação ambiental, garantindo a segurança e a conservação da área. Uma das justificativas utilizadas para a criação de UC que permitem a visitação, é que quanto mais ampla for a interação dos homens com o meio ambiente, maior a possibilidade de minimizar os impactos socioambientais (Macagnani, 2014).

O principal objetivo do uso público é “propiciar ao visitante a oportunidade de conhecer, de forma lúdica, os atributos e os valores ambientais protegidos pela UC” (Malta & Costa, 2009:282). Fica claro que a conservação destas áreas deve estar associada às ações do ser humano, uma vez que o contato entre as pessoas e a natureza amplia suas formas de aprendizagem, conhecimento e respeito ao meio ambiente.



A definição de normas e diretrizes no plano de manejo das UC permitem o fomento do uso público, possibilitando o desenvolvimento de tais atividades, como o turismo e o estabelecimento dos mecanismos de fiscalização e monitoração. O plano de manejo funciona como uma ferramenta que contém ações para a conservação e o manejo da visitação para minimizar os impactos que a atividade provoca na UC. Tal ferramenta, tem se tornado um impasse nos Parques, pois muitos deles não possuem ou estão desatualizados, dificultando o estabelecimento de atividades de lazer, recreação, turismo e a promoção da conservação da área.

Os trabalhos de gestão devem ser capazes de suprir a expectativa da demanda de visitantes dentro dos princípios da sustentabilidade, para garantir a conservação da área ao mesmo tempo em que promove a disseminação das práticas de educação ambiental. Missão essa que se encontra comprometida na maioria dos Parques brasileiros, principalmente pela falta de recursos para o estabelecimento de medidas essenciais, como o próprio plano de manejo.

Das UC que possibilitam o uso público no Brasil, a categoria Parque é a que mais desenvolve a visitação. Atualmente, registradas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) constam 71 Parques Nacionais e 195 Parques Estaduais (Brasil, 2016).

O MMA aponta que apenas 19 Parques Nacionais e 41 Parques Estaduais estavam abertos à visitação por dispor de infraestrutura básica para atender os visitantes, tais como portaria, plano de manejo, centro de visitantes e estacionamento, entre outros equipamentos de apoio a visitação (Brasil, 2004), tal realidade não mudou até o presente momento.

A maioria das lacunas e fragilidades presentes nos parques é proveniente da ausência ou insuficiência de recursos destinados à sua manutenção, isto acaba inviabilizando a criação de outras áreas. “Os recursos alocados, infelizmente, são insuficientes e não vêm acompanhando a expansão do sistema” (Medeiros & Young, 2011:16). Assim, a criação de alternativas pode amenizar tal situação, desde que utilizadas como fonte de recursos, sendo a visitação uma delas.



O desenvolvimento da visitação nos parques tem favorecido a prática do ecoturismo, que de acordo com Malta & Costa (2009), tem tornado as UC os principais destinos para o desenvolvimento de práticas ecoturísticas, destacando a influência do turismo como motivador do aumento da procura por tais áreas. De acordo com o Portal Brasil (2016), a visitação em Unidades de Conservação no Brasil cresceu cerca de 320% do ano de 2006 ao fim de 2015, alcançando um total de 8 milhões de visitantes. Dentre os diversos segmentos do turismo, o ecoturismo é a atividade que mais tem atraído pessoas para visitar as UC, sendo considerado modelo de turismo alternativo baseado na sustentabilidade (Bittencourt, 2015).

O ecoturismo é apontado como o segmento turístico que mais cresce mundialmente. Dados da Organização Mundial de Turismo (OMT) indicam que este crescimento é em média de 15 a 25% ao ano, produzindo um faturamento de até US\$ 260 bilhões de dólares (Portugal Digital, 2013). Isto evidencia a sua capacidade em gerar renda como outras atividades econômicas. Todavia, a capacidade de gerar receitas não deve ser vislumbrado como principal justificativa para seu desenvolvimento, uma vez que, seu objetivo é formar consciência ambiental nos visitantes e promover o bem estar as populações locais visando a conservação da natureza.

O ecoturismo é mundialmente definido como “*El viaje responsable a las áreas naturales para conservar el medio ambiente y mejorar el bienestar de las personas locales*” (TIES, s/d). No Brasil é uma atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva a conservação da natureza e cria responsabilidade ambiental nos usuários, além de promover o bem-estar das populações locais (Brasil, 2010). Tal definição afeta diretamente no estabelecimento das atividades que englobam o segmento, muitas vezes confundidas com práticas do turismo de aventura, em áreas naturais e até mesmo com o turismo rural, justamente por serem práticas também desenvolvidas em meio natural. Desta forma, o principal fator utilizado para diferenciar tais segmentos, é a motivação pela qual o turista realizou o deslocamento.

Na última pesquisa oficial realizada pelo MTur em 2010, o perfil do ecoturista, compreende pessoas com idade entre os 18 e 29 anos, a maioria solteiro e do gênero masculino, com elevado grau de instrução, com nível escolar variando do ensino médio completo ao ensino superior, com médio a alto poder aquisitivo (Brasil, 2010). As viagens duram de 4 a 10 dias, dependendo do percurso territorial da viagem (nacional ou estrangeiro).



Em um contexto geral, os ecoturistas buscam estabelecer um maior contato com a natureza, adquirindo conhecimento sobre a biodiversidade local, dos seus *habitats* e suas espécies. As atividades de ecoturismo necessitam de pouco investimento, pois exigem o mínimo de estrutura para o seu desenvolvimento, pois sua matéria prima é a conservação do espaço natural.

O MTur considera atividades de ecoturismo a observação da fauna (*birdwatching*, *whalewatching*, *dolphinwatching*, insetos, mamíferos, répteis, anfíbios e peixe); observação da flora; observação de formações geológicas; visitas a cavernas (espeleoturismo); observação astronômica; mergulho livre; caminhadas; trilhas interpretativas; e safáris fotográficos. Algumas atividades pertencentes a outros segmentos turísticos podem ser apontadas como práticas ecoturísticas, desde que não apresentem grau de risco e que abranjam a contemplação e a conservação da natureza (Brasil, 2010).

As atividades ecoturísticas são integradas à natureza devem ser vistas como incentivo ao desenvolvimento da interpretação e da educação ambiental, para a proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural e histórico, apresentando-se como oportunidade para a geração de recursos ao Parque. Desta forma, o ecoturismo pode ser inserido nas UC como prática social, fundamentado na sensibilização e mudança comportamental dos visitantes para que seja possível promover uma real aproximação com a natureza e atender aos objetivos estabelecidos no SNUC de conservar a biodiversidade existente.

INSTRUMENTOS ECONÔMICOS: VALORAÇÃO ECONÔMICA DO MEIO AMBIENTE E PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS

A insustentabilidade proporcionada pelo crescimento econômico foi o fator que motivou o aumento da degradação ambiental, e que os fatores ambientais e econômicos estão vinculados, e se no “passado a economia condicionou a utilização do meio ambiente, sem se preocupar com a degradação e exaustão de seus recursos, atualmente parece ser o meio ambiente que deve condicionar a economia” (Comune, 1994:46).



A análise econômica do meio ambiente compreende como limite do crescimento econômico a escassez dos recursos naturais, realçando a importância de abordagens alternativas que minimizem a degradação e assegurem a qualidade de vida da sociedade. As alterações da qualidade ambiental são tidos como danos físicos, que quando analisados pelos termos monetários são considerados como prejuízos/custos, a redução ou eliminação destes custos são traduzidos como benefícios para a população (Comune, 1994).

A economia do meio ambiente é tratada a partir dos conceitos de externalidades, bens coletivos ou bens públicos e foi dividida em três áreas: economia de recursos naturais; economia ambiental e a economia ecológica. O insucesso da economia dos recursos naturais e da economia ambiental é dado pelo equívoco quanto ao entendimento sobre a relação das atividades econômicas com o ambiente, o que impossibilita a real introdução do ambiente natural nos parâmetros da economia.

A economia ecológica por sua vez, visa à junção e evolução dos modelos anteriores, visando a preocupação, o respeito aos recursos naturais e das externalidades decorrentes da produção e do consumo. Porém, o foco principal está no uso sustentável do ambiente, assim como na capacidade de carga frente ao sistema econômico (Mattos et al., 2005). A capacidade de carga compreende a definição de um número de turistas compatível com a sustentabilidade do ambiente utilizado, de forma a garantir a conservação ambiental e a qualidade da visita (Brasil, 2010).

A economia ecológica faz críticas às formas de desenvolvimento praticadas, reforçando que o progresso tecnológico e econômico não é capaz de superar a escassez dos recursos naturais, desta forma coloca em xeque o crescimento, conseqüentemente a conservação e proteção dos recursos é a única solução. Merico (1996: 82) aponta que:

A importância dos métodos de valoração ambiental decorre, portanto, não só da necessidade de dimensionarem impactos ambientais, internalizando-os à economia, mas também da necessidade de se evidenciarem custos e benefícios decorrentes da expansão da atividade humana.



Para encontrar o valor do meio ambiente, foi desenvolvido o Valor Econômico Total (VET), um mecanismo que visa avaliar o valor do meio natural para a sociedade. O VET utiliza as preferências das pessoas para estabelecer o capital natural, essas preferências variam entre preservação, conservação ou utilização do recurso ou serviço ambiental, sendo que os valores que as pessoas estabelecem pode não ter relação com o uso que elas fazem atualmente da área.

O valor monetário dos recursos naturais pode ser baseado no seu Valor de Uso (VU), classificado em Valor de Uso Direto (VUD), Valor de Uso Indireto (VUI), Valor de Opção (VO), e no seu Valor de Não Uso (VNU), que geralmente é caracterizado pelo Valor de Existência (VE) do recurso natural (Merico, 1996; Mattos et al., 2005; Brasil, 2011).

O VUD, foco do estudo, trata dos serviços e recursos ambientais que são utilizados no presente de forma direta (Merico, 1996; Brasil, 2011; Motta, 2012). Os métodos diretos investigam as preferências das pessoas mediante mercados hipotéticos ou de serviços e produtos ambientais para mensurar a DAP e a demanda por qualidade ambiental (Maia, Romeiro & Reydon, 2004).

Dos mecanismos do VUD estão o Método de Preço Hedônico (MPH), Método do Custo de Viagem (MCV) e o Método de Valoração Contingente (MVC) (Aguilar, 2013). O MVC foi o método adotado nesta pesquisa, que consiste na aplicação de questionários que indagam sobre a DAP dos visitantes para assegurar a existência de determinado recurso natural avaliando o bem estar que ele promove, ou quanto estaria disposto a receber (DAR) como compensação da perda deste recurso e consequentemente do bem estar gerado por ele (Motta, 1997; Aguilar, 2013).

Dentre estes dois modelos abordados (DAP e DAR) pelo MVC a DAP é a mais utilizada, técnica utilizada nesta pesquisa, pois permite obter as preferências dos agentes envolvidos e os valores que estes estariam dispostos a pagar pelos serviços ambientais (Sant'anna & Nogueira, 2010).

“Pagar por serviços ambientais significa dar valor econômico ao bem ambiental que é insubstituível e limitado, proporcionando a premiação àquele particular que preserva ou recupera os recursos naturais” (Aguilar, 2013:46), ou seja, é um instrumento econômico para proteger e compensar



as despesas ocasionadas pela preservação dos serviços ambientais, incentivando práticas conservacionistas. O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) possui componentes característicos dos princípios da voluntariedade, da demanda e da oferta (Brasil, 2011).

Referente às UC, o PSA serve para valorizar economicamente um conjunto de recursos naturais e até mesmo subsidiar políticas públicas que promovam melhorias no local (Aguilar, 2013). Compreendendo que o ecoturismo é o segmento do turismo mais fomentado nas UC, e tem contribuído para o aumento da visitação, é importante tanto para as UC quanto para o desenvolvimento do ecoturismo a ampliação de políticas públicas que promovam a conservação, a educação ambiental, a própria atividade turística e demais práticas de uso público, uma vez que, o meio ambiente é carente de recursos naturais e humanos para garantir sua sustentabilidade.

ÁREA DE ESTUDO

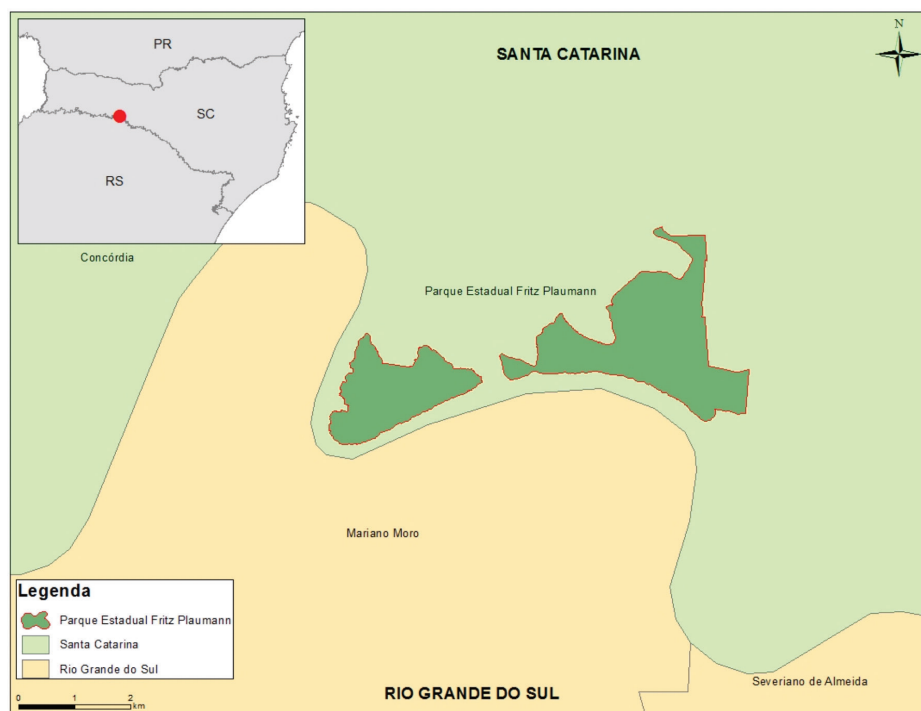
O Parque Estadual Fritz Plaumann (Figura 1) foi estabelecido por meio do Decreto nº 797, de 24 de setembro de 2003, está localizado no perímetro rural do município de Concórdia no estado de Santa Catarina, com uma área de 717,48 ha, dividida em 452,541 ha correspondente a gleba não insular³ e 264,84 ha a gleba insular⁴. Tendo como marco notável a Margem direita do Rio Uruguai, a Foz do Rio dos Queimados e a Ilha Segundo Frasciscon (Plano de Manejo, 2013).

3 Terreno que não foi parcelado para finalidades urbanas (Plano de Manejo, 2013).

4 Porção de terra ilhada sem finalidades urbanas (Plano de Manejo, 2013).



Figura 1. Parque Estadual Fritz Plaumann, no sudoeste do estado de Santa Catarina, Brasil.



Fonte: Elaboração própria (2016)

No ano de 2007, foi adotado o modelo de gestão compartilhada, firmada pelo termo de cooperação técnica entre a Equipe Co-Gestora do Parque Estadual Fritz Plaumann (ECOPEF), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e a Fundação do Meio Ambiente (FATMA) órgão ambiental do Governo do Estado de Santa Catarina responsável pela gestão das unidades de conservação do estado (Plano de Manejo, 2013).

A partir da mudança em sua gestão, foi possível realizar a inauguração do Parque, episódio no qual passou a ser aberto para a visitação pública, investindo na ideia de utilizar o cenário do Parque para sensibilizar os visitantes quanto ao respeito e ao conhecimento da importância da criação da UC e dos impactos que a ação humana causa no meio natural.



Quanto a infraestrutura existente, o Parque conta com quatro trilhas: a Trilha do Lajeado Cruzeiro, a Trilha das Marrequinhas, a Trilha do Mirante e a Trilha da Canafístula. As trilhas Lajeado Cruzeiro e Marrequinhas apresentam grau de dificuldade leve, a do Mirante moderado e a Canafístula entre moderado e difícil.

O Parque possui um centro de visitantes, com sala de exposição, auditório e sala de estudos com alguns livros e impressões de trabalhos científicos desenvolvidos no local, como monografias, dissertações e teses. Além destes, possui ainda um alojamento que abriga até 4 pessoas, uma garagem, onde são armazenados materiais de limpezas, de campo e estacionamento.

MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

A pesquisa teve caráter exploratório-descritivo, com revisão da literatura que permitiu realizar o embasamento teórico do tema, em levantamentos documentais para adquirir melhor compreensão da área de estudo, e em estudos de campo no Parque Estadual Fritz Plaumann.

Avaliar a influência dos fatores, estimar o potencial econômico da DAP dos visitantes para visitar e/ou contribuir para a conservação do Parque foi o objetivo do estudo. Para tanto, foi utilizado o cálculo amostral para populações finitas⁵ (Gil, 1989), uma vez que é conhecido o tamanho do universo da pesquisa, permitiu estimar o número amostral a ser pesquisado.

Para a definição do tamanho amostral investigado, foi consultado o programa de uso público do PEPF extraíndo o volume de visitação durante o ano de 2015 (4.387 pessoas). Do total de visitantes buscou-se atingir 10% desta população, ao nível de 95% de confiança e considerando uma margem de erro de até 5% (Gil, 1989), totalizando 134 visitantes. A aplicação do cálculo amostral é importante por não ser possível aplicar a pesquisa com todo o universo de visitantes e por apresentar uma amostra representativa para a realização de inferências sobre o público-alvo.

5 População cujo número total não ultrapassa 100.000 elementos.



Questionários e formulários foram utilizados para auxiliar na identificação socioeconômica, perfil dos visitantes e na percepção sobre a conservação e visitação na UC. Neste sentido, os instrumentos foram estruturados em seis tópicos: percepção na hora de viajar; objetivos da viagem ao atrativo; perfil do visitante; receitas e custos; valoração e observações gerais. Com exceção do último tópico “observações gerais”, todos os demais tópicos foram constituídos por questões objetivas, das quais uma deveria ser apontada como resposta, todavia havia a possibilidade de apontar outra resposta caso nenhuma das alternativas correspondessem com suas realidades ou percepções.

A pesquisa de campo ocorreu nos meses de julho a outubro de 2016. A coleta de dados foi limitada ao público espontâneo do parque sejam eles turistas ou residentes, ou seja, aqueles que o visitam por motivações próprias ou indicações de amigos, com idade a partir dos 18 anos.

Para estimar o valor econômico do uso ecoturístico da UC foi utilizado o MVC, que permitiu verificar a DAP para visitar e/ou conservar o local. Além disso, foi verificado o nível de influência da formação educacional, renda mensal e outras variáveis na DAP dos visitantes, para isto a análise de regressão linear múltipla foi aplicada com o uso do Bioestat 5.3.

Para verificar a DAP, foi utilizada como referência a Portaria n° 366/2009 que dispõe dos valores de serviços prestados nas UC Federais, neste caso, os valores da taxa de entrada nos Parques Nacionais do Brasil que variam de R\$ 3,00 a R\$ 30,00 por pessoa / dia (Brasil, 2009). Sendo assim, foram propostos aos visitantes os valores: menos de R\$ 3,00; R\$ 3,00 a R\$ 10,00; R\$ 10,00 a R\$15,00; superior a R\$ 15,00. Por fim, a análise dos dados foi realizada no Bioestat 5.3 que permitiu verificar a influência de variáveis no valor econômico do uso ecoturístico.



RESULTADOS E DISCUSSÕES

Caracterização do perfil dos visitantes

O estudo apresenta uma sensível superioridade do gênero masculino (55,8%) sobre o feminino (44,2%). Nos estudos de Mattos (2006), Duarte (2007) e Malta e Costa (2009) também foram observados esta sutil predominância do público masculino. O equilíbrio da visitação por gêneros é justificado pela considerável parcela dos visitantes espontâneos do Parque realizar visitas em casais, além disso, muitos destes estavam em passeio familiar ou em pequenos grupos de amigos.

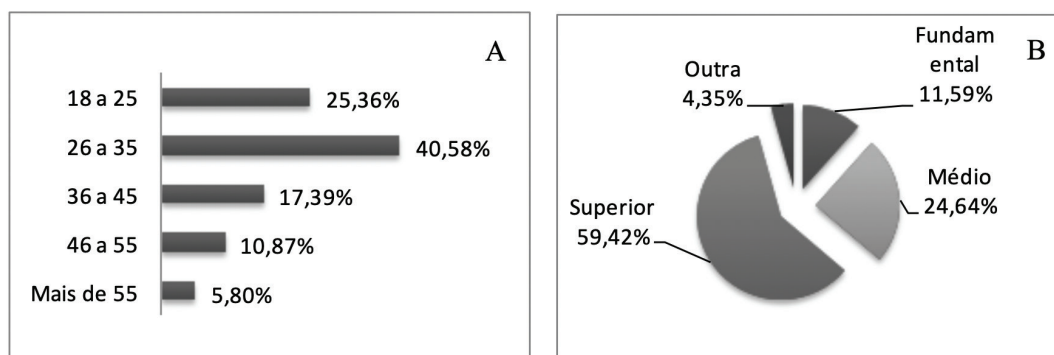
Os grupos compostos entre 1 a 3 pessoas compreende a metade das visitas realizadas no PEFP (50%), seguidos por grupos de 4 a 7 pessoas (34,06%), e de grupos com maior número, mas com menor frequência de visitas. Resultados semelhantes aos estudos realizados no Pará, Paraná e Minas Gerais (Oliveira, 2014; Watanabe, 2007; Duarte et al., 2007). Vale ressaltar a necessidade de planejamento de atividades voltadas para o atendimento desse público, possibilitando maior interação com o ambiente, além de possibilitar o aumento do tempo de permanência na cidade.

Outros parâmetros necessários para estabelecer a caracterização dos visitantes são a faixa etária, escolaridade e renda, que estão ligados e são determinantes na formação da demanda, seja ela turística ou não. A faixa etária dos visitantes compreende dos 26 aos 35 anos (40,58%) e dos 18 aos 25 anos (25,36%) (Figura 2A). No estudo de Malta e Costa (2009) foram observados resultados semelhantes, em que a maioria dos visitantes se concentra na faixa dos 18 a 35 anos.

Quanto à escolaridade, destacam-se visitantes com nível superior (59%). Contudo, há boa presença dos que possuem o ensino médio completo ou incompleto (24%), e os demais níveis em menor proporção (Figura 2B).



Figura 2. Faixa etária e nível de escolaridade dos visitantes do Parque Estadual Fritz Plaumann.



Fonte: Elaboração própria (2016)

Simiqueli (2008), Duarte (2007), Dutra et al. (2008), Flaminio e Lobo (2015) realizaram estudos sobre o perfil de visitantes em Parques Estaduais e em geral predominam visitantes cujo o grau de instrução é o ensino superior, o mesmo apresentado no PEF. Neste sentido, verifica-se que visitantes com alto grau de escolaridade possuem maior propensão a visitar áreas naturais. A realização de um plano de trabalho voltado para este público seria interessante para promover maior sensibilização e integração dos visitantes com a realidade do Parque.

Na relação entre idade e escolaridade, a faixa etária predominante dos visitantes é dos 26 aos 35 anos, seguido pela faixa dos 18 a 25 anos, apresentando grau superior de escolaridade (Tabela 1).



Tabela 1. Relação entre a Faixa Etária e o Grau de Escolaridade dos visitantes do PEFP

Escolaridade	Idade					Total
	18 a 25	26 a 35	36 a 45	46 a 55	Mais de 55	
Fundamental (1)	3	4	2	5	2	16
Médio (2)	10	10	9	2	3	34
Superior (3)	18	22	5	2	1	48
Pós-Graduação (4)	2	16	8	6	2	34
Outra	2	3	-	1	-	6
Total	35	55	24	16	8	138

Fonte: Elaboração própria (2016)

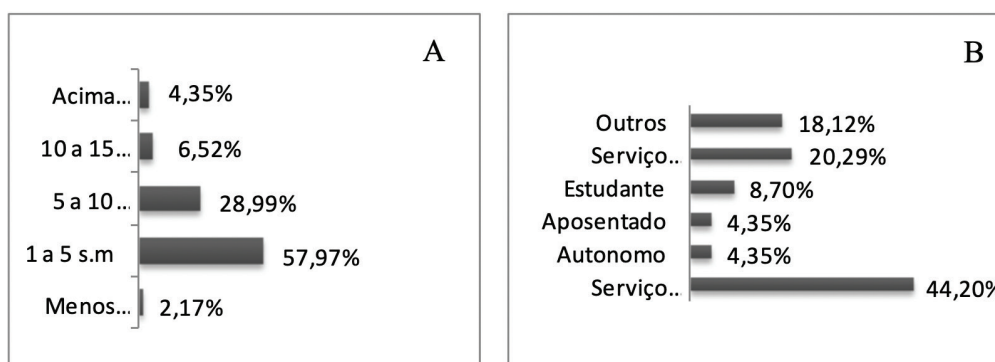
A faixa etária e o grau de escolaridade apresentam relação direta na renda média dos visitantes. Dos entrevistados, a maior parcela (57,97%) apresenta renda mensal que varia entre R\$ 880,00 a R\$ 4.400,00 o que equivale de 01 a 05 salários mínimos⁶, com uma relevante presença de visitantes (28,99%) cuja renda mensal varia de R\$ 4.401,00 a R\$ 8.800,00, ou seja, de 05 a 10 salários mínimos. Em menor percentual as demais faixas de renda (Figura 3A). As duas principais faixas de renda compreendem a 89,96% dos entrevistados.

Das atividades remuneradas exercidas pelos entrevistados, a maioria possui renda mensal mediante o funcionalismo público (44,20%), em segundo lugar na iniciativa privada (20,29%), as demais atividades apresentaram menor proporção (Figura 3B).

6 Salário mínimo da época da pesquisa no valor de R\$ 880,00.



Figura 3. Faixa de renda e ocupação profissional dos visitantes do Parque Estadual Fritz Plaumann



Fonte: Elaboração própria (2016)

Em relação ao grau de escolaridade versus a renda dos visitantes, verifica-se que quanto maior é o nível escolar maior é a sua renda mensal (Tabela 2), podendo ser um indicador econômico e social para análise da visitação em áreas naturais.

Tabela 2 - Relação entre níveis de Renda Mensal e Escolaridade dos visitantes do PEFP.

Renda	Escolaridade					Total
	Fundamental	Médio	Superior	Pós Graduação	Outra	
< 880,00	2	1	0	0	0	3
880,00 – 4.400,00	13	27	28	7	5	80
4.401,00 – 8.800,00	1	6	12	20	1	40
8.801,00 – 13,200,00	0	0	6	3	0	9
> 13, 200,00	0	0	2	4	0	6
Total	16	34	48	34	6	138

Fonte: Elaboração própria (2016)



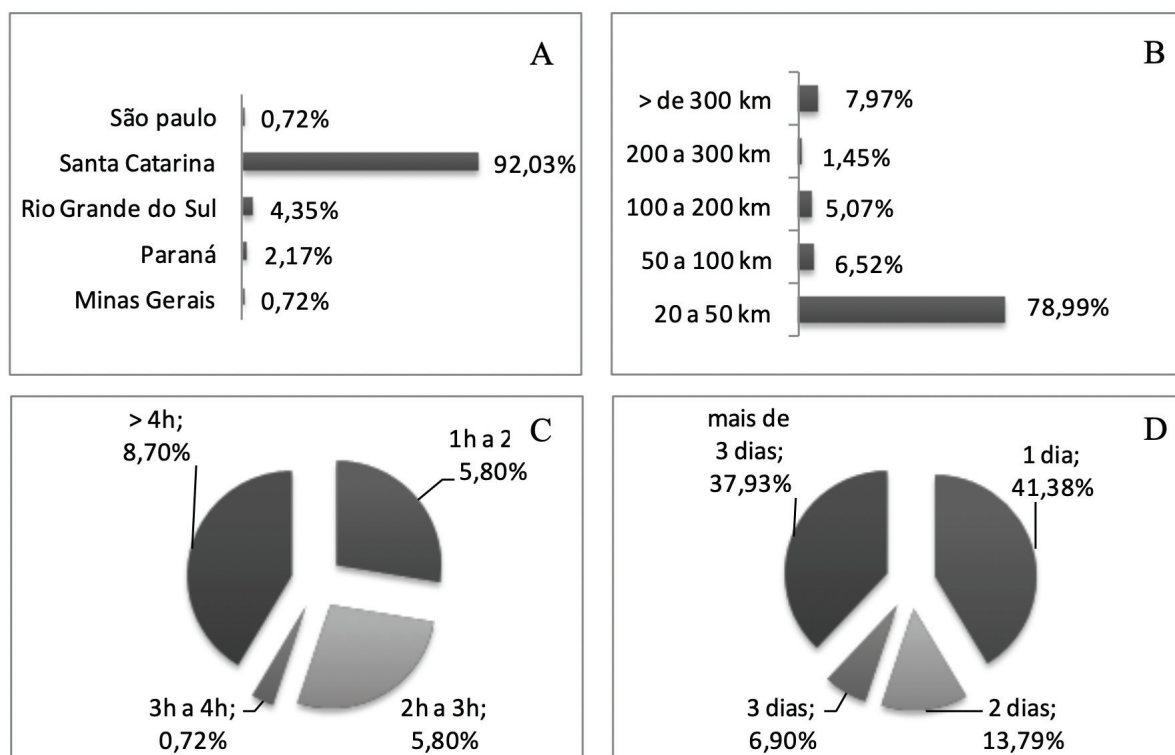
O maior fluxo de visitação é oriundo da região Sul (98,55%) e o estado que mais emitiu visitantes ao PEFP é Santa Catarina (92,03%) frente aos demais (7,97%) (Figura 4A). A respeito da procedência dos visitantes, do total (138), 78,99% são residentes no próprio município de Concórdia onde está localizado o PEFP, indicando que a UC é um destino visitado predominantemente por moradores locais. Este fato reforça a necessidade em promover o uso público na UC, uma vez que os dados indicam o alto potencial para a realização de atividades de lazer e favorecer a sensibilização e a discussão de questões ambientais com a população local.

A distância percorrida mais frequente está entre 20 a 50 km, nesta faixa concentra-se os moradores locais (78,99%), enquanto que a percorrida pelos turistas até o Parque foi superior a 300 km (7,97%) (Figura 4B). Analisando o tempo gasto para percorrer o trajeto até o PEFP, os moradores de Concórdia gastam menos de 1 hora para chegar ao local (78,99%), enquanto os turistas levam mais de 4 horas (8,70%) (Figura 4C).

O tempo de permanência em Concórdia dos turistas é de 1 dia (41,38%), pois são pessoas que residem em municípios da região, seguidos de turistas que permanecem por mais de 03 dias (37,93%), e em menor proporção de 2 ou 3 dias (Figura 4D). Em relação aos gastos realizados durante a visita ao PEFP encontra-se em torno de R\$ 50,00 a R\$ 100,00 (65,52%). Quando somados os valores resultantes dos gastos para visitar o PEFP com os demais gastos de permanência em Concórdia, verifica-se que um valor inferior a R\$ 400,00 (82,76%).



Figura 4. Origem, distância percorrida, tempo de viagem e permanência dos turistas que visitam o PEFP



Fonte: Elaboração própria (2016)

A maioria dos entrevistados visitava o Parque pela primeira vez (63,77%), seguido por aqueles que visitam uma vez ao ano (21,74%) e de 2 a 3 vezes (12,32%). Observa-se que o PEFP não possui visitantes rotineiros, como no caso dos Parques estudados por Malta e Costa (2009) e Pellin *et al.* (2014). Em vista disso, Oliveira *et al.* (2015) afirma que apesar dos visitantes se dizerem satisfeito com o Parque, poucos retornam para visitá-lo. O mais indicado neste caso é realizar uma análise mais profunda de algumas variáveis como: tamanho da amostra, período em que foi investigado, histórico de visitação. Medida esta que também é indicada ao PEFP, acrescentando ainda como variáveis a serem investigadas: condições da estrada, tempo de deslocamento e a ausência de transporte público.



Quanto ao meio de transporte utilizado pelos visitantes, o destaque foi o automóvel (89,86%) (Figura 5A), o mesmo resultado obtido por Oliveira *et al.* (2015) no Parque Nacional do Itatiaia. No caso do PEFP, vale ressaltar que apesar de ser reconhecido como um dos principais atrativos do município e receber maior número de visitantes locais, não há transporte público coletivo que realize esse percurso. Neste sentido, é premente a implantação de uma linha de transporte público, assim como a melhoria da sinalização e do acesso ao PEFP, possibilitando o aumento da sua demanda e consequentemente o reconhecimento da importância da UC pela população.

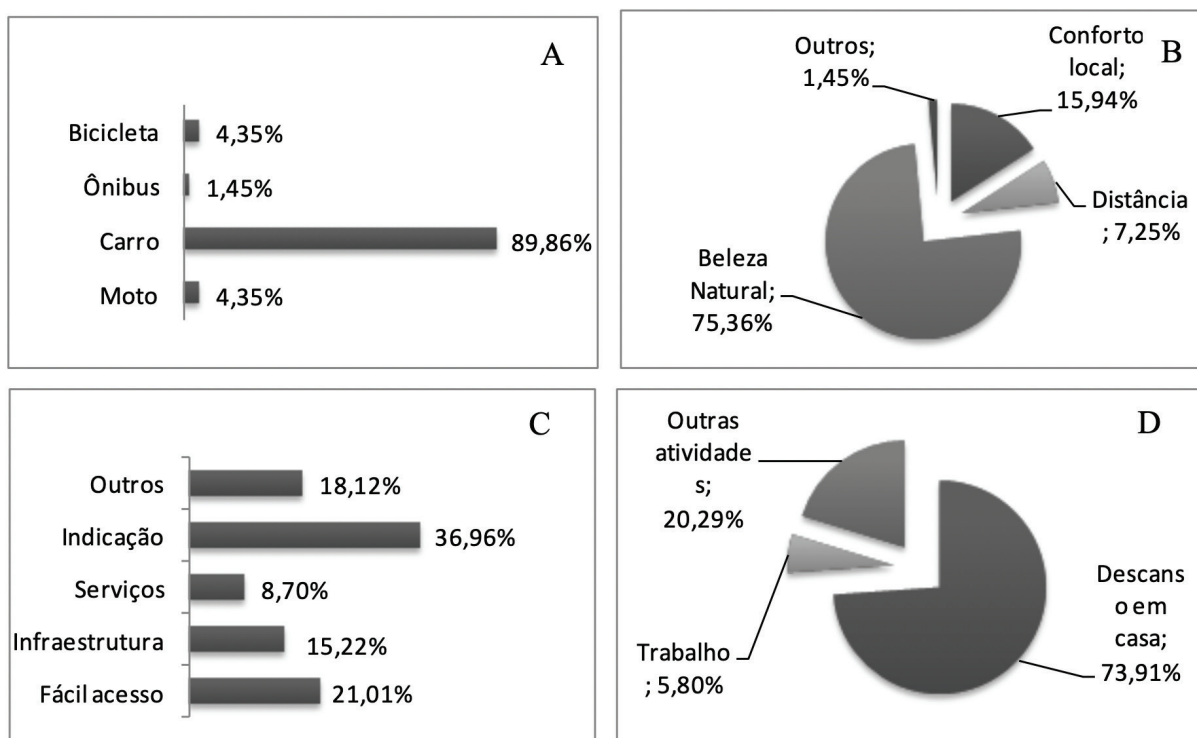
Os visitantes espontâneos buscam visitar o PEFP em maior intensidade para lazer (86,96%), da mesma forma encontrado por Oliveira *et al.* (2015) e Oliveira (2014). A beleza natural é compreendida como o fator mais importante na hora de decidir um local para visitar (75,36%), o conforto local também apresentou uma leve importância na tomada de decisão (15,94%) (Figura 5B). De acordo com Watanabe (2007) um dos fatores primordiais na hora de escolher um local para o lazer é a fuga da agitação dos centros urbanos. Assim, a tranquilidade das áreas naturais tem apresentado grande influência entre os fatores de atração, sendo o caso do PEFP.

Os visitantes notam como fator positivo e que influência diretamente no motivo pelo qual optaram por visitar o PEFP, ao invés de outros lugares a “indicação de amigos e parentes” (36,96%) favorecendo o seu conhecimento. Vale destacar o reconhecimento de uma parcela sobre os serviços e infraestrutura oferecidos, inclusive a própria conservação da área, mostrando a importância do PEFP (23,91%) (Figura 5C).

Com intuito de conhecer melhor o visitante levantou-se o seguinte questionamento, caso não estivessem visitando o PEFP o que estaria fazendo?. A maioria estaria descansando em casa (73,91%), outras atividades (20,29%) e trabalho (5,80%). As outras atividades se referem à caminhada e pesca (Figura 12). Uma medida para alcançar esse público é desenvolver um plano de marketing da UC visando sua atração.



Figura 5. Meio de transporte, motivação, influência em visitar o PEFP e outras atividades realizadas no tempo livre



Fonte: Elaboração própria (2016)

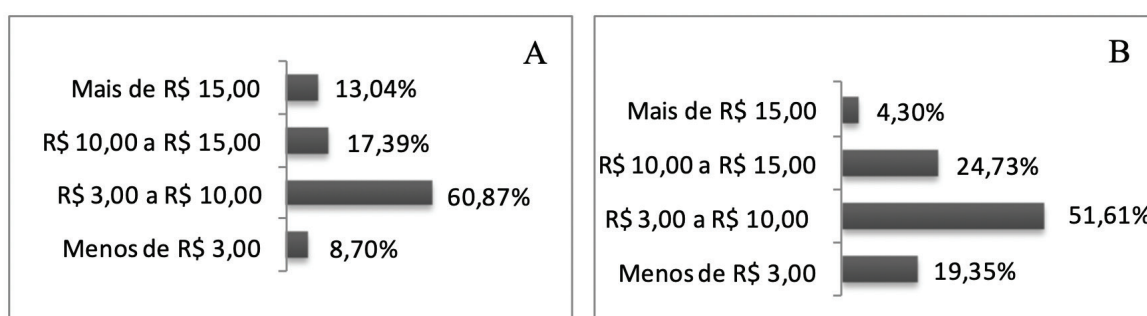
Análise e estimativa do valor econômico da disposição a pagar dos visitantes

Do público analisado no PEFP, 84,06% estão dispostos a pagar para visitar e/ou contribuir para a sua conservação. Uma pequena parcela (15,94%) é contrária a esta possibilidade, indicando sua não disposição a pagar. No estudo de Mikhailova e Mulbeier (2008), no Parque Estadual do Turvo – RS, também apresentou alta porcentagem de DAP+, porém, valores relativamente baixos que podem ser devido à falta de consciência ambiental dos visitantes.



Os entrevistados que não estão dispostos a pagar em sua maioria é residente no próprio município de Concórdia (68,18%), contudo, o turista mesmo tendo maior gasto para visitar o local, apresenta uma maior DAP. Do total de turistas dispostos a pagar, a maioria (60,87%) pagaria de R\$ 3,00 a R\$ 10,00 para visitar ou contribuir para a conservação do atrativo (Figura 6A), assim como, os moradores locais (51,61%) (Figura 6B).

Figura 6. Disposição a pagar dos turistas e visitantes locais no PEFP



Fonte: Elaboração própria (2016)

As variáveis que melhor expressaram ao nível de 5% a DAP para visitar e/ou conservar o PEFP foram: Renda Média e Idade. O modelo apresentou $R^2 = 0,128901$ da variância total dos dados, mas foi estatisticamente significativo ($p = 0,0012$). Ao relacionar a DAP de todos os visitantes com a variável renda, verifica-se que visitantes com renda entre 1 a 5 salários mínimos estão mais dispostos a contribuir (57,97%) seguido pela terceira faixa de renda (Tabela 3). Entretanto, a DAP está atrelada ao nível de renda apresentando significância ($p = 0,0067$).



Tabela 3 - Relação Disposição a Pagar e Renda Mensal dos visitantes

Renda (R\$)	DAP (R\$)					Total
	0,00	< 3,00	3,00 a 10,00	10,00 a 15,00	> 15,00	
< 880,00	1	2	0	0	0	3
880,00 – 4.400,00	14	13	35	17	1	80
4.401,00 – 8.800,00	5	5	20	7	3	40
8.801,00 – 13,200,00	1	0	5	1	2	9
> 13,200,00	1	0	2	2	1	6
Total	21	20	62	27	7	138

Fonte: Elaboração própria (2016)

Na análise da relação entre a DAP e o nível de escolaridade, evidenciou-se que o público que possui nível superior de escolaridade tem maior DAP (59,42%) seguido por aqueles com ensino médio (24,64%). Entretanto, nenhuma das variáveis *dummies* grau de escolaridade influenciou significativamente na aceitação dos valores propostos.

Numa análise geral, obteve-se uma média de DAP equivalente a R\$ 8,87 (Oito reais e oitenta e sete centavos) para visitar/contribuir para a conservação do PEFP. Valor este, que multiplicado pela visita mensal, geraria um valor médio de R\$ 3.248,25/mês, resultando em uma contribuição média anual de R\$ 38.934,63 que poderia ser destinado à manutenção e melhoria da infraestrutura para uso público e a conservação da biodiversidade existente na UC (Tabela 4).



Tabela 4 - Disposição a pagar no Parque Estadual Fritz Plaumann

	Ano	6 meses	Mês
Menos R\$3,00	R\$ 6.580,50	R\$ 3.291,00	R\$ 549,00
R\$3,00 a R\$10,00	R\$ 28.515,50	R\$ 14.261,00	R\$ 2.379,00
R\$10,00 a R\$15,00	R\$ 54.837,50	R\$ 27.425,00	R\$ 4.575,00
Mais de R\$15,00	R\$ 65.805,00	R\$ 32.910,00	R\$ 5.490,00
Total	R\$ 155.738,50	R\$ 77.887,00	R\$ 12.993,00
Média Geral	R\$ 38.934,63	R\$ 19.471,75	R\$ 3.248,25

Fonte: Elaboração própria (2016)

Vale considerar que as estimativas do valor da DAP obtido foi calculado com base no número total de visitantes que o PEFP recebeu em 2015, visando propor a cobrança de taxas apenas aos turistas, isentando moradores locais, visitantes com menos de 10 anos e acima dos 60 anos de idade, a isenção da taxa também deve ser proposta a grupos de instituição de ensino agendados previamente. A abertura de concessão para exploração de atividades recreativas apresenta-se como outra possibilidade de geração de recursos para a UC, contudo é necessário levantar a demanda por atividades pelos visitantes e a realização de estudo de viabilidade econômica para atração de empresas.

Diferenças na disposição a pagar dos visitantes e seus votos de protesto

É válido analisar os votos de protesto dos visitantes para conhecer a justificativa daqueles que não estão dispostos a pagar e também a ideologia daqueles que se mostram propensos a pagar. Observou-se que dos 138 visitantes entrevistados, uma parcela (29,71%) apresentaram votos de protestos e dentre estes, o maior percentual (18,12%) é constituído por visitantes que se mostraram a favor da DAP+.

O maior protesto a respeito da cobrança de taxas foi considerar “dever do governo” a manutenção e a conservação da UC (56,10%), seguidos por “pagar muitos impostos” (26,83%), os que não veem “clareza na utilização dos recursos” (14,63%), e por fim, aqueles que não notam a necessidade em



investir na UC (2,44%). Para Resende *et al* (s/d), que desenvolveu estudo no Parque Nacional da Serra do Cipó – MG, evidenciou que a maior parte dos votos de protesto são em função dos visitantes entenderem que a conservação dos Parques é responsabilidade do governo e por considerarem pagar muitos impostos e taxas.

Uma parcela significativa dos votos de protestos não vê clareza na utilização dos recursos. Este pensamento é consequência da falta de informação, pois não é do conhecimento público o serviço que é desenvolvido dentro das UC para manter a área conservada e com infraestrutura apropriada à visitação e conseqüentemente não sabem a quantidade de recursos necessários para desenvolver tais serviços. Mikhailova e Mulbeier (2008) relatam que as pessoas em geral possuem baixo grau de conscientização e isso interfere na sustentabilidade das UC, isto é, na sua proteção e valorização por parte da sociedade, desta forma investir na educação ambiental dos visitantes, seja ela turista ou morador local, auxiliaria na conservação dos recursos naturais.

Dos visitantes que apresentaram voto de protesto, a maioria possui renda mensal de 01 a 05 salários mínimos (57,14%), ensino superior (67,86%) e faixa etária entre 26 a 35 anos de idade (39,29%). Revelando que foram apresentados por pessoas bem instruídas e com um olhar crítico, que em sua maioria compreende as necessidades para manutenção e conservação da área, ao mesmo tempo em que não reconhece nelas a obrigação de sanar tal deficiência.

Os votos de protesto afetam de forma significativa a disposição a pagar dos visitantes, uma vez que, se descontasse o percentual dos votos de protestos (29,71%) do número de visitantes do PEFP no ano de 2015 (4.387) para estimar a arrecadação da DAP, o valor médio baixaria de R\$ 38.934,63 para R\$ 27.370,50. Vale considerar que, a maioria dos visitantes com votos de protestos se mostrara predispostos a DAP + apesar das interjeições apresentadas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos visitantes espontâneos do PEFP é compreendida por jovens com idade entre os 26 aos 35 anos, que preferem viajar em grupos pequenos de 1 a 3 pessoas, com leve predominância do gênero masculino sobre o feminino, cursando ou concluído o ensino superior (60%) e renda média mensal variando de 1 a 5 salários mínimos.

A beleza natural foi o ponto de maior influência na decisão de visitar o Parque. A maioria dos entrevistados estavam visitando o PEFP pela primeira vez, motivados pela indicação de amigos ou familiares e apontaram que se não tivessem neste passeio provavelmente estariam descansando em casa.

Em uma análise geral, obteve-se o valor de R\$ 38.934,63 anuais apenas com a DAP, com base na visitação média anual no PEFP, tal recurso poderia contribuir na manutenção e melhoria da infraestrutura para uso público e a conservação da biodiversidade. Além disso, tais recursos poderiam ser destinados tanto para a contratação de recursos humanos, investimento em atividades recreativas e de educação ambiental, e na revisão do plano de manejo.

A maioria dos entrevistados possui disposição a pagar, todavia, isto está atrelado a sua renda mensal, entre média a alta. Contudo, entende-se que a cobrança de taxa de entrada para a conservação e/ou visitação deve ser aplicada apenas aos turistas, enquanto moradores locais ficariam isentos como meio de promover a inclusão social, uma vez que a maioria dos visitantes são residentes do próprio município de Concórdia, com significativa presença de votos de protesto, acarretando na diminuição das visitas locais e não colaborando efetivamente na manutenção ou conservação da área.

As variáveis escolaridade e renda são importantes na definição do perfil dos visitantes do PEFP, por permitir a elaboração de atividades para este público, assim como, demonstra a necessidade de uma análise sobre a ausência de visitantes de baixa renda, visando minimizar a desigualdade social do seu público e contribuir para a disseminação da sensibilização ambiental.

A gestão de um Parque também depende do manejo das atividades de uso público, pois é uma alternativa para conservação e sensibilização ambiental. Todavia, é importante a realização de estudos sobre a viabilidade na cobrança de taxa de entrada aos turistas, uma vez que tal medida pode afetar a demanda por visitação ou a substituição do lugar por outro para visitar.



REFERÊNCIAS

- Aguilar, A. S. (2013). Valoração econômica dos serviços ambientais em unidade de proteção integral. Estudo de caso do Monumento Natural da Mãe D'água, Serra da Moeda, Brumadinho/MG: enfoque recursos hídricos. Dissertação (Mestrado profissional) Universidade Federal de Santa Catarina.
- Betti, P; Denardin, V. F. (2013). Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação: justiça ambiental para o desenvolvimento local. Revista Brasileira de Ecoturismo. São Paulo, v. 6, (4), 176-190.
- Bittencourt, F. (2015) Ecoturismo em Unidades de Conservação: Proposta para o Parque Natural Municipal das Dunas de Ingleses e Santinho, Florianópolis-SC. Revista Cenário. Brasília, v. 3. (4). 125-144.
- Brasil. Mma. (2016). Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Brasília: MMA.
- Brasil. (2000). Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.
- Brasil, Mma. (2004) Diagnóstico da visitação em parques nacionais e estaduais. Brasília: MMA.
- Brasil, Mma. (2011). Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: Lições aprendidas e desafios Brasília: MMA.
- Brasil. Mma. (2007b). Programa Nacional de Áreas Protegidas. Brasília: MMA.
- Brasil, Mtur. (2010). Ecoturismo: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2. ed.
- Brasil. (2004). Manual de melhores práticas para o ecoturismo. Rio de Janeiro: FUNBIO; Instituto ECOBRASIL, Programa MPE.



- Brasil. (2011). Núcleo de Pesquisas e Estudos do Senado. Pagamentos por Serviços Ambientais: Aspectos teóricos e proposições legislativas.
- Brasil. (2009). Portaria nº 366 de 07 de Outubro de 2009. Diário Oficial da União - Seção 1, nº 193, pg 117, de 8 de outubro de 2009.
- Comune, A. E. (1994). Meio ambiente, economia e economistas: uma breve discussão. In: May, P. H. & Seroa da Motta, R. (orgs.). Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora Campus.
- Duarte, L; Ladeira, A. S; Ribeiro, G. A *et al.* (2007). O perfil dos visitantes do Parque Estadual do Ibitipoca. Sociedade de Investigações Florestais. Minas Gerais: Viçosa, v.31, (6), 1091-1098.
- Dutra, V. C; Senna, M. L. G. S; Ferreira, M. N *et al.* (2008). Caracterização do perfil e da qualidade da experiência dos visitantes no Parque Estadual do Jalapão, Tocantins. Caderno Virtual de Turismo. v. 8, (1), 104-117.
- Drumm, A; Moore, A. (2003). Desenvolvimento do Ecoturismo: Um manual para os profissionais de conservação. A manual series for conservation planners and managers. The Nature Conservancy, Arlington, Virginia, USA.
- Fatma. (2000). Fundação do Meio Ambiente. Plano de Manejo Parque Estadual Fritz Plaumann/SC. Santa Catarina.
- Fatma. (2013). Fundação do Meio Ambiente. Plano de Manejo Parque Estadual Fritz Plaumann/SC. Santa Catarina.
- Flaminio, G. C; Lobo, H. A. S. (2015). Perfil, expectativa de consumo e satisfação dos visitantes do fim de semana da Vila Histórica de Paranapiacaba - Santo André, SP. Revista Turismo em Análise. São Paulo, v. 26, (2), 282-307.
- Gil, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1989.



- lucn. (2011). International Union for Conservation Nature. Tourism. 2011.
- Limberger, P. F; Pires, P. S. (2014). A aplicação das metodologias de capacidade de carga turística e dos modelos de gestão da visitação no Brasil. *Revista de Turismo Contemporâneo*. Natal, v. 2, (1), 27-48.
- Macagnani, F. (2014). Potencial para atividades de ecoturismo em trilhas do Parque Nacional Saint-Hilaire/Lange, Serra da Prata, Paraná. *Matinhos*. Originalmente apresentado como trabalho de conclusão de curso - Universidade Federal do Paraná.
- Maia, A. G; Romeiro, A. R; Reydon, B. P. (2004). Valoração de recursos ambientais – metodologias e recomendações. *Texto para Discussão*. IE/UNICAMP, Campinas.
- Malta, R. R; Costa, N. M. C. (2009). Gestão do Uso Público em Unidade de Conservação: a Visitação no Parque Nacional da Tijuca - RJ. *Revista Brasileira de Ecoturismo*. São Paulo, v. 2, (3), 273-294.
- Mattos, A. D. M. (2006). Valoração ambiental de áreas de preservação permanente da microbacia do Ribeirão São Bartolomeu no município de Viçosa - MG. Tese apresentada na Universidade Federal de Viçosa no Programa de Pós-Graduação em Ciência Florestal.
- Mattos, K. M. C; Mattos, K. M. C; Mattos, A. (2005). Valoração econômica do meio ambiente dentro do contexto do desenvolvimento sustentável. *Revista Gestão Industrial*, v. 01, (2), 105-117.
- Medeiros, R; Young, C. E. F. (2011). Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final. Brasília: UNEP-WCMC.
- Merico, L. F. K. (1996). *Introdução à economia ecológica*. Blumenau: Ed. FURB.
- Mikhailova, I; Mulbeier, J. (2008). Ecoturismo em unidades de conservação: um estudo de caso do Parque Estadual do Turvo, Derrubadas – RS. *Caderno Virtual de Turismo*, v.8, (3), 1-21.



Motta, R. S. (1997). Manual Para Valoração Econômica de Recursos Ambientais. Rio de Janeiro: IPEA/MMA/ PNUD/ CNPq.

Motta, R. S. (2012). Valoração e precificação dos recursos ambientais para uma economia verde. Economia Verde, desafios e oportunidades.

Oliveira, F. T. Desafios do serviço florestal de ecoturismo no Brasil: perspectivas de desenvolvimento nas florestas nacionais da Amazônia. 2014. XIII, 129 f., il. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal). Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

Oliveira, F. T; Brandão, R. A. (2016). Perspectivas do ecoturismo: uma análise sobre características e percepções locais na Floresta Nacional Saracá-Taquera, Pará – Brasil. El Periplo Sustentable, (30), 77-105.

Oliveira, M. P; Ferreira, E; Ribeiro, M *et al.* (2015). Perfil, percepção e opinião dos visitantes do Parque Nacional do Itatiaia (RJ) em períodos de maior demanda. Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. Rio de Janeiro: Niterói.

Pellin, A; Carvalho, G; Reis, J. C *et al.* (2014). Gestão do Uso Público em Unidades de Conservação Urbanas: o Caso do Parque Estadual da Pedra Branca (RJ). Revista Brasileira de Ecoturismo, São Paulo. v.7, (2), 344-373.

Pereira, A. F; Costa, M. H. O; Faria, S. P *et al.* (2015). O Parque Estadual do Sumidouro (MG): conflitos socioambientais e o fechamento das pedreiras. Anais do II Encontro Fluminense de Uso Público em Unidades de Conservação. Turismo, recreação e educação: caminhos que se cruzam nos parques. Niterói.

Portal brasil. (2016). Número de visitantes em unidades de conservação cresce 320% em 10 anos.

Portugal digital. (2013). Crescimento mundial do mercado de ecoturismo chega a 25% ao ano.



- Resende, F. M; Fernandes, G. W. A; Andrade, D. C *et al.* (2014). Valoração econômica do Parque Nacional da Serra do Cipó (Minas Gerais): uma aplicação do método contingente. Anais do XLI Encontro Nacional de Economia.
- Ruschmann, D. V. M. (1999). Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, ed. 4.
- Santa Catarina. Decreto nº 797, de 24 de setembro de 2003.
- Sant'anna, A. C; Nogueira, J. M. (2010). Valoração econômica dos serviços ambientais de florestas nacionais. Revista de Administração e Negócios da Amazônia. Amazônia, v.2, (1), 82-108.
- Scherl, M. L; Wilson, A; Wild, R *et al.* (2006). As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido.
- Silva, M. (2005). O programa brasileiro de unidades de conservação. Megadiversidade. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v.1, (1), 22-25.
- Simiqueli, R. F. (2008). Perspectivas para a conservação do Parque Estadual do Ibitipoca – MG: participação social, avaliação, manejo e percepção ambiental. Instituto de Ciências Biológicas/ UFJF - Dissertação – Universidade Federal de Juiz de Fora.
- Ties. (s/d). *The International Ecotourism Society. What is Ecotourism?*.
- Waatanabe, A. A. (2007). Análise da satisfação dos visitantes do Parque Estadual do Rio da Onça/PR, no contexto do turismo em unidades de conservação. Dissertação de mestrado. Universidade do Vale do Itajaí – Univali, Campus de Balneário Camboriú.